

BRASIL, Índio do

*militar; const. 1891; dep. fed. PA 1891-1893 e 1900-1905; sen. PA 1906-1924.

Artur Índio do Brasil e Silva nasceu no Rio Grande do Sul no dia 23 de junho de 1856, filho de Tito Lívio da Silva e de Maria Medeiros da Silva.

Fez os estudos secundários no tradicional Colégio Vitório, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em seguida cursou a Escola Naval, onde deu início à carreira militar.

Em 2 de fevereiro de 1876, o governo brasileiro criou, através do Decreto nº 6.113, a Repartição Hidrográfica da Marinha, incumbida de produzir uma carta geral da costa brasileira que abrangesse todos os portos, barras e pontos acessíveis que pudessem servir de abrigo aos navegantes. Seu primeiro diretor-geral, o capitão de fragata Antônio Luís von Hoonholtz, barão de Tefé, comandou as primeiras expedições destinadas a levantar dados hidrográficos em companhia de dois auxiliares: o desenhista Lauriano José Martins Penha Júnior e o segundo-tenente Artur Índio do Brasil. Ambos foram indicados para serem seus ajudantes naquela repartição.

Em 1882, por ocasião da passagem do planeta Vênus pelo disco solar, em diferentes partes do mundo organizaram-se comissões de engenheiros hidrógrafos a fim de observar o fenômeno astronômico a partir de diferentes pontos da Terra. Para representar o Brasil na observação do trânsito de Vênus, o diretor do Imperial Observatório, o astrônomo Luís Cruls, indicou o barão de Tefé, que partiu do Rio de Janeiro em direção à ilha de São Tomás, nas Antilhas, em 22 de setembro daquele ano. Também nessa ocasião o agora primeiro-tenente Índio do Brasil acompanhou o diretor da Repartição Hidrográfica, assim como o capitão-tenente Calheiros da Graça, secretário da repartição. Conforme as decisões tomadas durante as reuniões do Congresso da Comissão Internacional da Passagem de Vênus, realizado em Paris em outubro de 1881 e do qual participaram representantes de 14 países, coube ao grupo de brasileiros, denominado Comissão de São Tomás, instalar um observatório nas Antilhas.

Em 1883, após o retorno da Comissão de São Tomás ao Brasil, o barão de Tefé propôs ao ministro da Marinha, Antônio de Almeida Oliveira, que nomeasse seus dois ajudantes,

Calheiros da Graça e Índio do Brasil, para a comissão que iria determinar, por meio de aparelhos elétricos, as longitudes da costa brasileira. No relatório relativo ao ano de 1883, apresentado à Assembleia Geral, o ministro informou ter aceitado a proposta do barão de Tefé e comunicou que, naquele ano, o primeiro-tenente Índio do Brasil se havia destacado pela invenção de um aparelho elétrico destinado a registrar automaticamente as diferenças de níveis das marés, o eletromarégrafo.

No ano de 1886, coube a Índio do Brasil a tarefa de seguir no comando da canhoeira *Bracannot* para Paranaguá (PR), a fim de retificar o balizamento de sua baía e de estudar os meios de melhorar o antigo ancoradouro da cidade, que na ocasião se encontrava obstruído por areia. O trabalho demorou cerca de quatro meses para ser concluído e, a respeito dele, Índio do Brasil apresentou um minucioso relatório, acompanhado da planta hidrográfica da região e de mapas meteorológicos e de marés, o que lhe valeu um elogio do governo imperial registrado em sua fé de ofício. Além disso, o barão de Tefé ressaltou no relatório relativo às atividades da Repartição Hidrográfica do ano de 1886 que Índio do Brasil reunia todos os predicados necessários a um bom hidrógrafo.

Em 1890, ano seguinte ao da proclamação da República, Índio do Brasil foi para a reserva no posto de capitão-tenente e a partir de então passou a se ocupar da vida política.

DA CONSTITUINTE DE 1891 À REVOLTA DE 1924

Tendo exercido entre 1889 e 1890 o cargo de chefe de segurança pública do Pará, entre os anos de 1890 e 1891 Índio do Brasil foi presidente do Conselho de Intendência de Belém. Durante a sua gestão realizou importantes obras de urbanização na cidade, especialmente na região da atual praça da República, localizada em frente ao Teatro da Paz, tais como o calçamento com madeira das avenidas periféricas da área, a construção de passeios cimentados e canteiros ajardinados, a instalação de bancos e até a encomenda de um chafariz no exterior, que seria instalado apenas na gestão de seu sucessor, Gama Abreu, o barão de Marajó. Além disso, em 1890, por sugestão sua, o Conselho Municipal fez do distintivo do Clube Republicano Paraense a bandeira de Belém, a qual se tornou, meses

depois, símbolo do estado do Pará.

Realizadas em setembro de 1890 as eleições para o Congresso Constituinte que deveria preparar a primeira Constituição republicana do Brasil, Índio do Brasil foi eleito deputado pelo Pará. Tomou posse em 15 de novembro do mesmo ano e foi um dos signatários da Constituição de 1891. Encerrou o mandato em dezembro de 1893 e voltou à Câmara dos Deputados nas legislaturas 1900-1902 e 1903-1905. Eleito em seguida senador pelo Pará, ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1906 a 1924.

Em 1921 participou da Comissão do Monumento ao Cristo Redentor, constituída com o objetivo de discutir o projeto e o local para a edificação do monumento a ser erguido na cidade do Rio de Janeiro por ocasião da comemoração do Centenário da Independência do Brasil.

Em 23 de janeiro de 1923 casou-se no Rio de Janeiro com Clarisse Lage, filha do comendador Antônio Martins Lage e de Ana Rita de Matos Costa Pereira de Faro. Clarisse casou-se a contragosto de sua família, pois Artur Índio do Brasil era um homem mestiço e não possuía um sobrenome reconhecido. Teve assim que abdicar de seu dote. O casal se tornou uma referência cultural no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, especialmente pelas festas e saraus que oferecia em sua residência, localizada na rua Voluntários da Pátria, no bairro de Botafogo.

Em 1924, ao lado de jovens militares como Joaquim Távora, Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes e João Cabanas, Índio do Brasil participou da revolta tenentista deflagrada em 5 de julho em São Paulo sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. Ainda no primeiro dia de conflito, juntamente com o capitão Joaquim Távora e com os tenentes Juarez Távora e Castro Afilhado, foi preso durante a ocupação de quartéis da tropa estadual no bairro da Luz. Os prisioneiros foram sumariamente condenados à morte por fuzilamento pelo secretário de Justiça Bento Bueno, mas foram libertados na tarde do dia 8 de julho.

Artur Índio do Brasil morreu em 21 de março de 1933.

Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi intitulado marquês pela Santa

Sé e foi homenageado com as ordens de Cristo, da Rosa, de Aviz e com a Grande Comenda de Simão Bolívar.

Adrianna Setemy

FONTES: ANDRADE, V. *Antônio*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros* ; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.